IRMÃOS POLÍCIA
CONCURSOS POLICIAIS

DOSSIÊ PRÉ-EDITAL

O QUE A BANCA COBRA NA PRF

Policial Rodoviário Federal · Polícia Rodoviária Federal. As provas de 2021, 2018 e 2013 lidas questão por questão: o peso real de cada matéria, como cada assunto caiu e por onde começar.

3 provas | 360 itens | 15 matérias



www.irmaospolicia.com.br

ANTES DE COMEÇAR

COMO ESTE DOSSIÊ FOI FEITO

Lemos as 3 provas abaixo do começo ao fim, conferimos cada questão com o gabarito e classificamos por matéria e assunto. Todo número deste material é contagem dessas provas. Nenhum percentual foi estimado.

2021
Cebraspe · 120 itens
Policial Rodoviário Federal

2018
Cebraspe · 120 itens
Policial Rodoviário Federal

2013
Cespe · 120 itens
Policial Rodoviário Federal

SITUAÇÃO EM 10/11/2026: SEM EDITAL E SEM AUTORIZAÇÃO ENCONTRADA

A PRF informou que os processos de novos concursos de 2026 foram ao Ministério da Justiça e são documentos preparatórios. A PEC da Segurança passou no Senado em 03/11/2026, mas não cria vagas nem autoriza concurso. **Próxima banca:** não confirmada.

A PROVA VISTA DE PERTO

As três provas (2013, 2018 e 2021) têm 120 itens de certo ou errado para o cargo de Policial Rodoviário Federal, e no edital de 2021 cada item errado anulava um certo. Em 2021 foram 4h30 para a objetiva e a discursiva juntas, o que deixa pouco menos de 2 minutos por item depois de reservar tempo para o texto. Legislação de Trânsito sozinha somou 73 dos 360 itens (20%), e nas duas últimas provas ganhou bloco próprio, com 40 itens em 2018 e 30 em 2021.

01

DIREITO COBRADO EM CENA DE BLITZ

Em 2021, os 10 itens de Penal e Processo Penal saíram de duas cenas de abordagem: chassi adulterado com oferta de propina (100 a 104) e CNH rasurada com mercadoria proibida no carro (105 a 109). Em 2018 a lógica foi a mesma, com descaminho na fronteira (101 e 102) e homicida parado em ponto de bloqueio (103 a 105).

02

NÚMERO TROCADO EM RESOLUÇÃO

Em 2021, sete itens de trânsito traziam um valor da norma: prazo do tacógrafo (73), largura (74), peso da combinação (75), comprimento (76), horas de direção (78), tolerância na balança (82) e resistência da amarração (85). Seis foram dados como errados e o 76 foi anulado.

03

TRÂNSITO CONCENTRA AS ANULAÇÕES

Das 22 anulações de 2018 e 2021, 10 foram em Legislação de Trânsito (61, 62, 72, 73, 75 e 83 em 2018, e 67, 69, 76 e 83 em 2021). As justificativas de 2018 falam em redação que comprometeu o julgamento e em imagem que atrapalhou a leitura do item.

04

PALAVRA FORTE NÃO DECIDE SOZINHA

Em 2013 e 2018, 24 dos 31 itens válidos com termos como 'somente', 'sempre', 'vedada' ou 'independentemente' foram errados. Em 2021 a conta virou: 5 dos 8 itens válidos com esses termos foram certos, como o 64 e o 65 de trânsito. O termo serve de alerta, mas a decisão sai da norma.

05

MESMO DISPOSITIVO, NOVA PEGADINHA

O limite de velocidade em rodovia de pista dupla sem sinalização caiu em 2018 (67) e em 2021 (56), certo nas duas. A requisição de propriedade particular em perigo público veio literal em 2013 (31, certo) e voltou em 2018 (96) com indenização por dano presumido, errado.

06

EXATAS COM CARA DE RODOVIA

Física e Raciocínio Lógico usam o trabalho do PRF como cenário: radar e efeito Doppler (2013, 120), tiro ao alvo e curva com atrito (2018, 35 a 39), veículos fiscalizados por hora (2021, 31 e 32). As contas são curtas, mas pedem fórmula na ponta da língua.

O PESO DE CADA MATÉRIA

ONDE ESTÃO AS ITENS

Quantas itens cada matéria teve em cada prova. A coluna Total soma as 3 provas (360 itens).

MATÉRIA	2021	2018	2013	TOTAL	%
Legislação de Trânsito ✓	30	40	3	**73**	20,3%
Português ✓	18	20	15	**53**	14,7%
Constitucional ✓	7	5	15	**27**	7,5%
Legislação Especial ✓	6	5	15	**26**	7,2%
Raciocínio Lógico ✓	6	8	10	**24**	6,7%
Administrativo ✓	7	5	12	**24**	6,7%
Penal ✓	5	5	12	**22**	6,1%
Direitos Humanos ✓	5	5	12	**22**	6,1%
Processo Penal ✓	5	5	10	**20**	5,6%
Informática ✓	7	6	5	**18**	5,0%
Física ✓	5	6	6	**17**	4,7%
Ética ✓	6	4	5	**15**	4,2%
Geopolítica	5	4	–	**9**	2,5%
Língua Estrangeira	8	–	–	**8**	2,2%
História da PRF	–	2	–	**2**	0,6%
Total	**120**	**120**	**120**	**360**	**100%**

✓ caiu em todas as provas analisadas. – a matéria não estava nessa prova. Fonte: provas e gabaritos oficiais, contagem Irmãos Polícia.

OS ASSUNTOS QUE VOLTAM DE UMA PROVA PARA OUTRA

Caíram em pelo menos duas das provas. Dentro de cada matéria, comece por eles.

MATÉRIA · ASSUNTO	PROVAS	ITENS
Português · Interpretação de texto	2021 2018 2013	19
Legislação de Trânsito · Transporte de cargas: peso, dimensões e amarração	2021 2018	16
Raciocínio Lógico · Funções e modelagem (análise gráfica)	2021 2018 2013	11
Português · Reescrita de frases e trechos	2021 2018 2013	10
Português · Coesão textual (referenciação e conectores)	2021 2018 2013	10
Legislação de Trânsito · Infrações, penalidades e medidas administrativas	2021 2018 2013	10

MATÉRIA · ASSUNTO	PROVAS	ITENS
Constitucional · Direitos e garantias fundamentais (art. 5º)	2021 2018 2013	10
Legislação de Trânsito · Tempo de direção e registrador instantâneo (tacógrafo)	2021 2018	8
Ética · Código de Ética do Servidor (Decreto 1.171/1994)	2021 2018 2013	7
Legislação de Trânsito · Equipamentos obrigatórios e segurança veicular	2021 2018	7
Raciocínio Lógico · Sequências, PA e PG	2021 2018 2013	6
Penal · Crimes contra a Administração Pública	2021 2018 2013	6
Administrativo · Agentes públicos (Lei 8.112/1990)	2018 2013	6
Informática · Segurança da informação	2021 2018 2013	5
Física · Trabalho, energia e conservação	2021 2018 2013	5
Processo Penal · Provas e busca e apreensão	2021 2018 2013	5

MATÉRIA 01

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

73	20,3%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 73 itens no total, mas a distribuição mudou muito: 3 em 2013 (111 a 113), 40 em 2018 (51 a 90) e 30 em 2021 (56 a 85). Em 2018 a prova abriu com 9 itens de crimes do CTB em casos com nomes (51 a 59) e em 2021 não houve nenhum crime de trânsito. Em 2021 o peso foi para as resoluções do CONTRAN, com 14 dos 30 itens sobre carga (peso, dimensões, amarração) e tempo de direção. O gabarito pendeu para o errado: 20 E e 14 C em 2018, 15 E e 11 C em 2021.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Transporte de cargas: peso, dimensões e amarração	8	8	–	**16**
Infrações, penalidades e medidas administrativas	1	6	3	**10**
Crimes de trânsito (CTB)	–	9	–	**9**
Tempo de direção e registrador instantâneo (tacógrafo)	6	2	–	**8**
Equipamentos obrigatórios e segurança veicular	3	4	–	**7**
Habilitação, registro e licenciamento	3	1	–	**4**
Sistema Nacional de Trânsito e competências	1	3	–	**4**
Fiscalização de velocidade (medidores)	1	2	–	**3**
Acidentes de trânsito e remoção de veículos	2	–	–	**2**
Educação para o trânsito	2	–	–	**2**
Velocidade e normas de circulação	1	1	–	**2**
Processo administrativo de trânsito (autuação e defesa)	1	1	–	**2**
Embriaguez ao volante e etilômetro	–	2	–	**2**
Transporte de passageiros	1	–	–	**1**
Sinalização	–	1	–	**1**

COMO CAIU

> **Transporte de cargas: peso, dimensões e amarração.** 16 itens, 8 em cada uma das duas últimas provas. Em 2021 vieram limites de largura, peso da combinação e comprimento (74 a 76), remanejamento de carga perecível na balança (81), tolerância por eixo (82) e amarração com cordas, no chassi e com resistência mínima (83 a 85). Em 2018 caíram bicicletas em caçamba, traseira e teto (76 a 78), a autorização especial de uma cegonha (81) e amarração em carroceria aberta e baú (82 a 84).

Tempo de direção e registrador instantâneo (tacógrafo). 8 itens. Em 2021 seis itens (71 a 73 e 77 a 79) cobraram o que o registrador mostra, a assinatura do policial no disco, os meios de fiscalizar o descanso (diário de bordo, papeleta, ficha) e o limite de direção ininterrupta. Em 2018 a cegonha abordada às 21 h com disco ilegível (79 e 80) exigiu calcular o tempo pela ficha do autônomo e saber que o defeito do aparelho continua punível (80, errado).

Crimes de trânsito (CTB). 9 itens, todos em 2018. O racha com lesão grave rendeu três itens (51 e 52 certos, 53 errado). Depois vieram omissão de socorro com ajuda de terceiro (54, errado), violação da suspensão (55, errado), homicídio culposo com aumento de pena (56, certo), agravantes como dirigir sem placas (57, certo) e o par sem habilitação e entrega do carro (58 e 59, ambos errados).

Infrações, penalidades e medidas administrativas. 10 itens, presentes nas três provas. Em 2018 os itens 60 a 64 eram abordagens curtas em que o candidato decide multa, retenção, recolhimento ou remoção: CNH vencida há mais de 30 dias (60, errado), estacionar longe da guia (63, certo), fumaça acima do limite (64, errado). Em 2013 caiu a infração gravíssima ao não reduzir a velocidade perto de passeatas (112, certo) e em 2021 o conceito de infração concomitante (66, errado).

Equipamentos obrigatórios e segurança veicular. 7 itens. Em 2021 vieram cortinas com retrovisores dos dois lados (57, certo), luz azul de emergência (69, anulado) e trincas no para-brisa (70, errado). Em 2018 caíram viseira levantada com a moto parada no semáforo (86, certo), capacete em quadriciclo fora da cidade (87, errado) e duas situações anuladas, crianças no banco da frente (72) e película no para-brisa (73).

QUESTÃO COMENTADA · 2018, QUESTÃO 58 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Sandro, sabendo que Wellington não tinha habilitação, emprestou o carro a ele para visitar a namorada. O item afirmava que Sandro só responderia por crime de trânsito se a direção de Wellington causasse perigo de dano.

Gabarito: Errado. Entregar a direção a quem não é habilitado (art. 310 do CTB) é crime de perigo abstrato, como fixou a Súmula 575 do STJ. Sandro responde mesmo sem perigo concreto.

No item seguinte (59) a banca inverteu a lógica: Wellington só comete o crime do art. 309 se gerar perigo de dano, e o item que dizia o contrário também era errado. A banca cobra a diferença entre os dois artigos lado a lado.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2018, item 59: dirigir sem habilitação só é crime se gerar perigo de dano (art. 309 do CTB). O item dizia 'independentemente de gerar perigo' e estava errado.
- ✕ 2021, item 74: a largura máxima de 2,50 m está errada, o limite para circular é 2,60 m.
- ✕ 2021, item 78: o item permitia 6 horas e meia de direção ininterrupta para o motorista profissional de carga, mas o art. 67-C do CTB fixa 5 horas e meia.
- ✕ 2018, item 90: a PRF lavra o auto de alcoolemia, mas não aplica a suspensão do direito de dirigir, que cabe ao órgão executivo de trânsito do estado. O item foi dado como errado.

PRIORIDADE Comece pelo CTB na parte que o policial usa na abordagem: medidas administrativas, infrações mais comuns e os crimes dos arts. 302 a 312. Em seguida, as resoluções de peso e dimensões, amarração de carga e tempo de direção, que somaram 24 itens em 2018 e 2021. Campanha educativa anual e detalhes de equipamentos raros podem ficar para a revisão.

MATÉRIA 02

PORTUGUÊS

53	14,7%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 53 itens: 15 em 2013, 20 em 2018 e 18 em 2021. Interpretação (19), reescrita (10) e coesão (10) somam 39, quase três quartos do total. Em 2021 houve um texto só, de história da polícia, com 13 itens, e 5 itens de redação oficial pelo Manual da Presidência (22 a 26), assunto que não apareceu nas provas anteriores. Os textos de 2013 e 2018 eram crônicas, com ironia e humor que a banca explorou nos itens de inferência.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Interpretação de texto	7	6	6	**19**
Reescrita de frases e trechos	3	5	2	**10**
Coesão textual (referenciação e conectores)	2	4	4	**10**
Redação oficial	5	–	–	**5**
Pontuação	–	2	–	**2**
Colocação dos pronomes átonos	–	1	1	**2**
Morfossintaxe e classes de palavras	–	1	1	**2**
Concordância, regência e crase	1	–	–	**1**
Tempos e modos verbais	–	1	–	**1**
Ortografia e acentuação	–	–	1	**1**

COMO CAIU

Interpretação de texto. 19 itens. A banca pede o que se pode inferir e erra o item quando ele extrapola: em 2021, 14 afirmava que o monopólio da força nasceu de índices insustentáveis de violência, mas o texto fala em violência em declínio (errado). Em 2018, 20 concluía que o autor era espanhol só porque o sobrenome soa hispânico (errado).

Reescrita de frases e trechos. 10 itens. O comando separa correção gramatical de sentido. Em 2021, 19 trocava 'na medida em que' por 'à medida que' e foi certo porque o item admitia a mudança de sentido. Em 2018, 5 reescrevia um período com 'à nosso dispor', crase antes de pronome masculino (errado). Em 2013, 9 trocou uma construção com infinitivo por 'que se espancassem' e foi certo.

Coesão textual (referenciação e conectores). 10 itens. Os itens pedem o referente de pronomes e o valor de conectores: em 2018, 'Estas' e 'las' retomavam necessidades humanas (10, certo) e 'um' retomava o homônimo do autor (19, certo). Em 2021 o 'Isso' que abre período não podia virar 'O que' (15, errado). Em 2013 o 'e' de valor adversativo podia ser trocado por 'mas' (3, certo).

Redação oficial. 5 itens, só em 2021 (22 a 26). Caíram as características do texto oficial (22, errado por incluir 'informatividade'), flexão de gênero do cargo do signatário (23, errado), vírgula após o vocativo (24, certo), valor documental do e-mail (25, errado) e formato do campo assunto (26, certo).

QUESTÃO COMENTADA · 2018, QUESTÃO 5 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

O item propunha reescrever a frase do texto sobre o custo ambiental de tanta luz trocando a ordem das ideias e usando 'à nosso dispor', e perguntava se a correção e o sentido seriam mantidos.

Gabarito: Errado. A crase em 'à nosso dispor', antes do possessivo masculino, já basta para tornar a reescrita incorreta.

Nos itens de reescrita a banca constrói uma versão quase perfeita e esconde um único erro de gramática. A leitura tem que ir palavra por palavra, e não só pelo sentido geral.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2021, item 22: 'informatividade' não está entre as características da redação oficial do Manual da Presidência. O item misturou o termo com objetividade e impessoalidade e foi errado.
- ✕ 2021, item 23: o cargo do signatário deve concordar com o gênero de quem assina. O item dizia que a flexão era dispensada.
- ✕ 2018, item 8: trocar 'a cidade toda' por 'toda cidade' muda o sentido para 'qualquer cidade'. Errado.
- ✕ 2013, item 6: o texto de Ferreira Gullar é irônico. Ler 'lisura' como elogio às bombas foi o erro que o item esperava.

PRIORIDADE Interpretação, reescrita e coesão vêm primeiro, porque somaram 39 dos 53 itens e caíram nas três provas. Redação oficial é curta e entra logo depois, já que voltou com 5 itens em 2021. Ortografia, acentuação e concordância tiveram 1 item cada e ficam para o fim.

MATÉRIA 03

CONSTITUCIONAL

27	7,5%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 27 itens: 15 em 2013, 5 em 2018 e 7 em 2021. Em 2013 a prova passou por princípios fundamentais, organização do Estado e Poderes (26 a 40). Depois de 2013 o foco ficou em art. 5º, nacionalidade e direitos políticos, art. 144 e defesa do Estado. Os dois itens de estado de sítio de 2021 (98 e 99) foram anulados.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Direitos e garantias fundamentais (art. 5º)	3	2	5	**10**
Nacionalidade e direitos políticos	2	1	1	**4**
Princípios fundamentais e separação de poderes	–	–	3	**3**
Defesa do Estado e das instituições democráticas	2	–	–	**2**
Segurança pública e atribuições da PRF (art. 144)	–	2	–	**2**
Organização do Estado (entes e competências)	–	–	2	**2**
Administração Pública na CF (art. 37)	–	–	2	**2**
Poder Judiciário	–	–	1	**1**
Poder Executivo	–	–	1	**1**

COMO CAIU

Direitos e garantias fundamentais (art. 5º). 10 itens, nas três provas, muitos ligados a julgados do STF. Em 2021: manifestação pela descriminalização de uma conduta está protegida pela liberdade de reunião (93, errado ao dizer que não estava) e habeas data não serve para descobrir quem fez denúncia contra o impetrante (97, certo). Em 2018, o preso tem direito a saber quem o prendeu e a ficar calado (99, certo).

Nacionalidade e direitos políticos. 4 itens. Em 2013, 30 chamou de naturalizados os nascidos no exterior de pai ou mãe brasileiros que optam pela nacionalidade, quando são natos (errado). Em 2021, as hipóteses de perda da nacionalidade são taxativas (95, certo). Em 2018, 98 aplicou ao PRF a regra de inatividade na diplomação que a Constituição prevê para o militar, e foi errado.

Segurança pública e atribuições da PRF (art. 144). 2 itens em 2018. O 97 colocou as ferrovias federais no patrulhamento da PRF, quando elas são da polícia ferroviária federal (errado). A PEC 18/2025, aprovada no Senado em 03/11/2026 e ainda sem promulgação, leva a PRF também a ferrovias e hidrovias federais. O 100 cobrou a segurança viária do §10 do art. 144, com educação, engenharia e fiscalização (certo).

Princípios fundamentais e separação de poderes. 3 itens, todos em 2013. Nomeação de ministro do STF com aprovação do Senado como exemplo de freios e contrapesos (26, certo), proibição de um Poder exercer função atípica (28, errado) e princípios das relações internacionais (29, certo).

QUESTÃO COMENTADA · 2018, QUESTÃO 96 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Em caso de iminente perigo público, a autoridade poderia usar propriedade particular, desde que pagasse indenização mesmo sem comprovação de dano, que seria presumido.

Gabarito: Errado. Pelo art. 5º, XXV, da Constituição, a indenização é ulterior e só existe se houver dano.

Em 2013 o mesmo inciso caiu quase literal no item 31 e era certo. Cinco anos depois a banca trocou só a condição da indenização. Quem decorou a letra do inciso acerta as duas.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2018, item 97: a PRF patrulha rodovias federais. As ferrovias federais ficam com a polícia ferroviária federal, e o item juntou as duas.
- ✕ 2013, item 34: o direito de petição é assegurado a todos. O item restringia a brasileiros e estrangeiros residentes.
- ✕ 2013, item 32: a Constituição veda extradição de estrangeiro por crime político. O item permitia com reciprocidade.
- ✕ 2013, item 27: a liberdade de profissão com qualificações definidas em lei é norma de eficácia contida, não limitada.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Poder constituinte, reforma e emendas à Constituição
- Ordem social (seguridade, meio ambiente, família, idoso, índio)
- Forças Armadas (art. 142)

PRIORIDADE Art. 5º com a jurisprudência do STF, nacionalidade e direitos políticos e o art. 144 com as atribuições da PRF cobrem 16 dos 27 itens. Poder constituinte e ordem social estão no edital de 2021, mas não caíram em nenhuma prova e podem ficar para o fim.

MATÉRIA 04

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

26	7,2%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 26 itens: 15 em 2013, 5 em 2018 e 6 em 2021. A banca espalha os itens por muitas leis, com 1 ou 2 itens por lei: 2013 tocou 13 leis diferentes. Só o Estatuto do Desarmamento e a Lei de Drogas apareceram nas três provas. Em 2018, 4 dos 5 itens eram casos de fiscalização da PRF (111 a 113 e 115).

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003)	1	1	2	**4**
Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	1	1	1	**3**
Abuso de autoridade	1	–	1	**2**
Tortura (Lei 9.455/1997)	1	–	1	**2**
Tráfico de pessoas	–	1	1	**2**
Crimes ambientais (Lei 9.605/1998)	–	1	1	**2**
Atribuições da PRF (Decreto 1.655/1995)	–	–	2	**2**
Crimes hediondos (Lei 8.072/1990)	1	–	–	**1**
Identificação criminal (Lei 12.037/2009)	1	–	–	**1**
ECA (Lei 8.069/1990)	–	1	–	**1**
Contravenções penais	–	–	1	**1**
Crimes de racismo (Lei 7.716/1989)	–	–	1	**1**
Organizações criminosas (Lei 12.850/2013)	–	–	1	**1**
Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/1995)	–	–	1	**1**
Estatuto do Idoso	–	–	1	**1**
Lei Maria da Penha	–	–	1	**1**

COMO CAIU

Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003). 4 itens, nas três provas. Em 2021, conduzir arma no exercício de atividade comercial sem autorização configura comércio ilegal (114, certo). Em 2018, munição de uso permitido sem autorização também é crime (111, errado ao chamar de infração administrativa). Em 2013, o porte do PRF não se limita ao serviço (114, errado).

Lei de Drogas (Lei 11.343/2006). 3 itens, um por prova. Em 2013, quem usou a droga e não tinha nada consigo não se enquadra no art. 28 (87, errado). Em 2018 o item do jovem que ofereceu droga ao amigo foi anulado (113). Em 2021 caiu a lista de atividades de prevenção, com o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual (113, certo).

Abuso de autoridade. 2 itens. Em 2013, ainda pela lei antiga, o abuso não tem forma culposa (86, errado). Em 2021, pela Lei 13.869/2019, qualquer agente público, mesmo sem remuneração, pode ser sujeito ativo (111, certo).

Tortura (Lei 9.455/1997). 2 itens. Em 2013, o crime não depende de deixar vestígios físicos (96, certo). Em 2021, o item que dispensava a intensidade do sofrimento imposto ao preso em posto policial foi dado como errado (115).

Atribuições da PRF (Decreto 1.655/1995). 2 itens em 2013. A PRF patrulha também as rodovias federais concedidas (110, certo), mas não cabe à chefia do distrito regional lavrar o auto de prisão em flagrante do traficante preso na rodovia (109, errado).

QUESTÃO COMENTADA · 2018, QUESTÃO 111 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Numa operação da PRF, Sandro levava munição de uso permitido e Eurípedes munição de uso restrito, ambos sem autorização. O item dizia que Sandro responderia só por infração administrativa e Eurípedes por crime.

Gabarito: Errado. O porte ou transporte de munição de uso permitido sem autorização é crime do art. 14 da Lei 10.826/2003, e o de uso restrito cai no art. 16. Os dois respondem por crime.

A banca monta pares de condutas parecidas e trata uma delas como atípica. O art. 14 e o art. 16 do Estatuto valem para arma, acessório e munição.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✗ 2018, item 112: o consentimento da adolescente não afasta o crime de exploração sexual. O item dizia que João poderia não responder.
- ✗ 2013, item 87: quem já usou a droga e não tem nada consigo não comete a conduta do art. 28 da Lei 11.343/2006. O item aplicava as penas do usuário.
- ✗ 2013, item 89: o estatuto do clube que permite recusar sócio sem motivo não afasta o crime de racismo. Errado.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Lei 13.675/2018 (Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social)

PRIORIDADE Estatuto do Desarmamento, Lei de Drogas, abuso de autoridade (Lei 13.869/2019) e tortura primeiro, porque juntam 11 dos 26 itens e aparecem em mais de uma prova. Depois, crimes hediondos, identificação criminal, ECA e crimes ambientais, cobrados em casos de rodovia. A Lei 13.675/2018 fica para o fim.

MATÉRIA 05

RACIOCÍNIO LÓGICO

24	6,7%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 24 itens: 10 em 2013, 8 em 2018 e 6 em 2021. Funções e modelagem aparecem nas três provas e somam 11 itens, sempre com uma fórmula dada no enunciado: modelo linear de acidentes e curva de álcool no sangue (2013), função exponencial de acidentes fatais (2018) e espalhamento de notícia (2021). Sequências caíram nas três provas, com 6 itens.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Funções e modelagem (análise gráfica)	4	2	5	**11**
Sequências, PA e PG	2	3	1	**6**
Geometria e figuras espaciais	–	3	–	**3**
Razão, proporção e regra de três	–	–	2	**2**
Estatística e leitura de gráficos	–	–	1	**1**
Porcentagem	–	–	1	**1**

COMO CAIU

Funções e modelagem (análise gráfica). 11 itens. Em 2013, a função linear F(t) = At + B pedia a constante A e o erro da previsão (21 e 22) e a quadrática da concentração de álcool pedia o máximo e as raízes (23 a 25). Em 2018, f(x) = 350 + 150e^(-x) pedia o limite e o valor no primeiro ano (27 e 28). Em 2021, o espalhamento igual a p(1 - p) gerou quatro itens (27 a 30).

Sequências, PA e PG. 6 itens. Em 2018, a sequência de notas fiscais 25, 75, 50, 150, 100... pedia o 12º termo (22, errado, é 2.400) e a lei an = 2 × an-2 (23, certo). Em 2021, veículos fiscalizados acumulados por hora formavam diferenças em PA (31 e 32, certos).

Geometria e figuras espaciais. 3 itens, só em 2018 (24 a 26). A partir das vistas frontal e lateral de um sólido de cubos empilhados, o candidato julgava se cada desenho podia ser a vista superior.

Razão, proporção e regra de três. 2 itens em 2013. A equipe de 30 operários que perde 2 no quinto dia (16, errado) e recebe 90 de reforço (17, errado: o tempo cai para um quarto, não para menos de um quinto).

QUESTÃO COMENTADA · 2021, QUESTÃO 28 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Com o espalhamento da notícia igual ao produto da fração que conhece pela fração que ainda não conhece (k = 1), o item dizia que um espalhamento de 16% garante que mais de 75% ainda desconhecem a notícia.

Gabarito: Errado. A equação p(1 - p) = 0,16 tem duas soluções, p = 0,2 e p = 0,8. Se 80% já conhecem, só 20% desconhecem.

A banca explora a segunda raiz da equação do 2º grau. Antes de marcar, confira se o modelo admite mais de uma situação com o mesmo resultado.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2021, item 30: o espalhamento p(1 - p) é máximo quando metade da população conhece a notícia. O item dizia que cresce sempre com o número de pessoas informadas.
- ✕ 2018, item 27: f(x) = 350 + 150e^(-x) nunca fica abaixo de 350. O item previa menos de 300 acidentes depois de dez anos.
- ✕ 2013, item 17: com 120 operários a obra leva um quarto do tempo. O item dizia menos de um quinto.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Equações do 1º e 2º graus como tópico próprio
- Noções de teoria dos conjuntos
- Métrica: áreas, volumes e escalas

PRIORIDADE Funções (afim, quadrática e exponencial) e sequências respondem por 17 dos 24 itens. Estatística básica e porcentagem tiveram 1 item cada, e conjuntos e áreas não caíram, então ficam para o fim.

MATÉRIA 06

ADMINISTRATIVO

24	6,7%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 24 itens: 12 em 2013, 5 em 2018 e 7 em 2021. Em 2013 a Lei 8.112/1990 levou 5 itens. Em 2021 a banca montou um caso de contrato de treinamento com multa e mandado de segurança (86 a 90) e cobrou a carreira de PRF em dois itens (91 e 92). O gabarito pendeu para o errado: 15 E e 7 C nos itens válidos das três provas.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Agentes públicos (Lei 8.112/1990)	–	1	5	**6**
Poderes administrativos e abuso de poder	1	2	1	**4**
Controle da Administração	2	–	1	**3**
Carreira de PRF (Leis 9.654/1998, 12.855/2013, 13.712/2018; Decreto 8.282/2014)	2	–	–	**2**
Organização administrativa	1	–	1	**2**
Ato administrativo	–	1	1	**2**
Responsabilidade civil do Estado	–	1	1	**2**
Licitações e contratos	1	–	–	**1**
Processo administrativo	–	–	1	**1**
Improbidade administrativa	–	–	1	**1**

COMO CAIU

Agentes públicos (Lei 8.112/1990). 6 itens. Em 2013 caíram reintegração com cargo ocupado (57, errado), afastamento para mandato municipal (58, errado), punição de aposentado por falta anterior (59, errado), nomeação por livre escolha para cargo efetivo (60, errado) e independência entre a esfera penal e a administrativa (53, certo). Em 2018 o item sobre absolvição penal (91) foi anulado.

Poderes administrativos e abuso de poder. 4 itens, nas três provas. Em 2018, o poder de polícia não pode ser exercido por empresa privada (93, errado) e o abuso de poder pode vir de omissão (94, errado). Em 2021, o item que ligava a multa contratual ao poder disciplinar foi anulado (89).

Controle da Administração. 3 itens. Em 2021, o mandado de segurança contra a multa é controle de legalidade, não de mérito (86, errado), e a ação judicial contra abusos expressa o princípio da sindicabilidade (90, certo). Em 2013, os atos dos agentes da PRF estão sujeitos ao controle do TCU (56, certo).

Carreira de PRF (Leis 9.654/1998, 12.855/2013, 13.712/2018; Decreto 8.282/2014). 2 itens em 2021. O 91, sobre promoção para a segunda classe com curso de 150 horas, foi errado. O 92 cobrou que patrulhamento e policiamento ostensivo estão entre as atribuições da terceira classe, com carga de 40 horas semanais (certo).

Responsabilidade civil do Estado. 2 itens. Em 2018, a responsabilidade por ato comissivo é objetiva e dispensa prova de culpa (95, errado). Em 2013, o PRF que bateu a viatura só ressarce se agiu com dolo ou culpa (51, errado).

QUESTÃO COMENTADA · 2021, QUESTÃO 88 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Um órgão firmou contrato com empresa de reconhecida especialização para treinamento de natureza singular dos servidores. O item dizia que o caso era de contratação direta por dispensa de licitação.

Gabarito: Errado. Serviço técnico singular prestado por empresa de notória especialização, como treinamento, é caso de inexigibilidade, porque não há competição possível.

A banca usa um caso para cobrar cinco assuntos em sequência (controle, organização, licitação, poderes e princípios). Cada item do bloco precisa ser julgado sozinho, sem achar que o anterior dá pista.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2021, item 87: órgão público não tem personalidade jurídica e faz parte da administração direta. O item o descrevia como ente descentralizado da indireta.
- ✕ 2013, item 54: ato ilegal se anula, não se revoga. Errado.
- ✕ 2018, item 95: a responsabilidade por ato comissivo é objetiva. O item exigia que a vítima provasse dolo ou culpa.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Regime jurídico-administrativo e princípios expressos e implícitos
- Responsabilidade por omissão do Estado e excludentes
- Licitação: modalidades, tipos e procedimento
- Centralização, descentralização, concentração e desconcentração

PRIORIDADE Lei 8.112/1990, poderes, controle e responsabilidade civil cobrem 15 dos 24 itens. A carreira de PRF (Lei 9.654/1998 e Decreto 8.282/2014) é curta e caiu em 2021. Procedimento e modalidades de licitação não caíram e podem ficar para o fim.

MATÉRIA 07

PENAL

22	6,1%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 22 itens: 12 em 2013, 5 em 2018 e 5 em 2021. Crimes contra a Administração Pública caíram nas três provas, com 6 itens, 5 deles em caso de servidor ou de motorista abordado. Em 2018 e 2021 a parte geral entrou dentro dos casos, como tentativa na corrupção ativa e crime impossível no chassi adulterado (2021, 103 e 104).

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Crimes contra a Administração Pública	2	2	2	**6**
Aplicação da lei penal e princípios	–	2	3	**5**
Teoria do crime (tipicidade, ilicitude, culpabilidade)	1	–	3	**4**
Crimes contra a fé pública	2	–	–	**2**
Crimes contra a pessoa	–	1	1	**2**
Crimes contra o patrimônio	–	–	2	**2**
Concurso de pessoas	–	–	1	**1**

COMO CAIU

Crimes contra a Administração Pública. 6 itens. Em 2021, oferecer dinheiro para ser liberado da blitz é corrupção ativa (102, certo) e o crime está consumado mesmo que o policial recuse (103, errado). Em 2018, o descaminho se consuma sem constituição definitiva do crédito tributário (101, certo). Em 2013, o particular que não sabia ser o colega servidor responde por furto, não por peculato (71, certo).

Aplicação da lei penal e princípios. 5 itens. Em 2018, a analogia é admitida em favor do réu (106, errado ao dizer proibida em caráter absoluto) e medida provisória não pode agravar pena (107, errado). Em 2013, o item que descrevia a alternatividade com o nome de subsidiariedade foi errado (63).

Teoria do crime (tipicidade, ilicitude, culpabilidade). 4 itens. Em 2013, embriaguez completa por caso fortuito exclui a imputabilidade (67, errado ao dizer que não exclui) e pode haver fato típico sem ilicitude (68, certo). Em 2021, o item 104 tratou de crime impossível na adulteração do chassi.

Crimes contra a fé pública. 2 itens em 2021, os dois sobre o chassi adulterado. O gabarito recusou o crime único para a remarcação do chassi somada à falsificação do documento (100, errado) e também deu errado o 101, sobre remarcação com o número original.

QUESTÃO COMENTADA · 2021, QUESTÃO 103 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Na blitz, o condutor com chassi alterado ofereceu dinheiro ao policial para ser liberado. O item afirmava que, se o policial recusasse, a conduta seria punida como tentativa.

Gabarito: Errado. A corrupção ativa (art. 333 do CP) se consuma com a oferta, aceita ou não.

Os itens da sequência (102 e 103) separam o crime e o momento da consumação. Crime formal é tema certo quando o caso envolve propina.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2018, item 102: o servidor alfandegário que participa responde por facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318 do CP), não por 'descaminho qualificado'.
- ✕ 2018, item 106: a analogia é proibida para prejudicar o réu, mas admitida para beneficiá-lo. O 'em caráter absoluto' tornou o item errado.
- ✕ 2013, item 70: Marcus fugiu com o dinheiro, então o roubo se consumou. O item falava em roubo tentado.
- ✕ 2013, item 73: o item inverteu os conceitos de furto mediante fraude e estelionato.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Lei penal no espaço (lugar do crime, territorialidade e extraterritorialidade)
- Erro de tipo e erro de proibição
- Crimes contra a dignidade sexual
- Crimes contra a incolumidade pública

PRIORIDADE Crimes contra a Administração Pública e contra a fé pública (corrupção, peculato, descaminho, adulteração de sinal identificador) vêm primeiro, porque aparecem nas abordagens. Depois, princípios, lei penal no tempo e tentativa e consumação. Lei penal no espaço e erro de tipo não caíram e podem ficar para o fim.

MATÉRIA 08

DIREITOS HUMANOS

22	6,1%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 22 itens: 12 em 2013, 5 em 2018 e 5 em 2021. Status dos tratados de direitos humanos caiu nas três provas, com 5 itens. Em 2013 a prova cobrou uso da força pelo policial, cidadania e pluralismo jurídico (97 a 100). Em 2021 o foco foi o STF: ingresso em domicílio, direito de reunião e mudança de gênero no registro (116 a 118).

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Tratados internacionais de DH e status normativo	1	2	2	**5**
Teoria geral e afirmação histórica dos direitos humanos	–	2	2	**4**
Direitos humanos na Constituição e no STF	3	–	–	**3**
DUDH e sistema global de proteção	1	–	2	**3**
Uso da força e atuação policial	–	–	2	**2**
Cidadania e pluralismo jurídico	–	–	2	**2**
Responsabilidade do Estado e política nacional de DH	–	–	2	**2**
Convenção Americana (Pacto de San José)	–	1	–	**1**

COMO CAIU

Tratados internacionais de DH e status normativo. 5 itens. Em 2013, tratado aprovado com o rito do art. 5º, §3º, equivale a emenda, não a norma constitucional originária (102, errado). Em 2018, o item que só previa status constitucional ou legal foi errado (119) e o que exigia três quintos para a hierarquia constitucional foi certo (120). Em 2021, a convenção das pessoas com deficiência não é supraconstitucional (120, errado).

Direitos humanos na Constituição e no STF. 3 itens em 2021. Mera intuição de tráfico não justifica entrar na casa sem mandado (116, certo), o aviso prévio não condiciona o direito de reunião (117, errado) e a mudança de gênero no registro civil independe de cirurgia (118, certo).

Teoria geral e afirmação histórica dos direitos humanos. 4 itens. Em 2013, a primeira geração é de direitos civis e políticos (103, errado ao citar sociais) e o fundamento numa ordem superior e imutável é da corrente jusnaturalista (104, errado ao citar o positivismo). Em 2018, quem viola direitos humanos continua protegido por eles (116, certo) e os direitos não foram afirmados num único momento histórico (118, errado).

Uso da força e atuação policial. 2 itens em 2013. O PRF não pode dar disparo de advertência para o alto em conflito no bloqueio da rodovia (97, certo) e não pode atirar em veículo que fura o bloqueio sem risco imediato de morte ou lesão grave (98, errado).

QUESTÃO COMENTADA · 2021, QUESTÃO 120 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

O item dizia que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem status supraconstitucional no Brasil, como exemplo de norma inclusiva.

Gabarito: Errado. Aprovada pelo rito do art. 5º, §3º, a convenção equivale a emenda constitucional. Tem hierarquia constitucional, não acima da Constituição.

As três provas cobraram a escala supralegal, constitucional e legal dos tratados. Basta trocar um degrau para o item virar errado.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2021, item 117: o STF entende que a falta de aviso prévio não torna ilegal a reunião. O item tratava o aviso como condição.
- ✕ 2013, item 103: direitos de primeira geração são civis e políticos. O item os chamou de sociais, culturais e econômicos.
- ✕ 2018, item 117: o Estado responde na Convenção Americana também por omissão diante de atos de particulares. O 'apenas por atos de seus agentes' tornou o item errado.

PRIORIDADE Tratados e seu status e a Declaração Universal vêm primeiro, porque caíram em mais de uma prova. Os julgados do STF de 2021 (116 a 118) entram em seguida, junto com Constitucional. A Convenção Americana teve 1 item (2018, 117) e entra depois.

MATÉRIA 09

PROCESSO PENAL

20	5,6%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 20 itens: 10 em 2013, 5 em 2018 e 5 em 2021. Em 2018 e 2021 todos os itens saíram de casos de abordagem e se concentraram em prisão em flagrante e busca (9 dos 10). Em 2013 a prova tinha cara de processo, com 4 itens de ação penal (76 a 78 e 83) e itens de habeas corpus, prisões cautelares e competência.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Provas e busca e apreensão	2	2	1	**5**
Prisão em flagrante	2	3	–	**5**
Ação penal	–	–	4	**4**
Prisões cautelares (preventiva, temporária)	–	–	2	**2**
Identificação criminal	1	–	–	**1**
Aplicação da lei processual penal	–	–	1	**1**
Habeas corpus	–	–	1	**1**
Competência	–	–	1	**1**

COMO CAIU

Prisão em flagrante. 5 itens. Em 2018, o homicida parado num bloqueio a 200 km do local, com a arma, é flagrante presumido (103, certo). O mesmo caso trouxe a excludente do flagrante obrigatório (104, errado) e a ordem de oitiva no auto (105, errado). Em 2021, o flagrante próprio, a nota de culpa em 24 horas (106, certo) e a dispensa de mandado com recibo de entrega do preso (109, certo).

Provas e busca e apreensão. 5 itens. Em 2021, a busca no veículo sem mandado não foi ilícita (105, errado) e o depoimento do policial não vale mais que o interrogatório (108, errado). Em 2018, entrada forçada em casa com flagrante em curso, de noite e sem mandado, é lícita (110, certo) e o item da boleia do caminhão como domicílio foi anulado (109).

Ação penal. 4 itens, todos em 2013. O MP não pode desistir da ação (76, certo), pode denunciar sem inquérito (77, certo), e o dano contra ônibus de concessionária não depende de representação (78, errado).

Identificação criminal. 1 item em 2021: quem apresentou CNH com rasura pode ser identificado criminalmente (107, errado ao dizer que não). O tema reapareceu no mesmo ano em Legislação Especial (112, certo).

QUESTÃO COMENTADA · 2018, QUESTÃO 105 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

No auto de prisão em flagrante do homicida preso no bloqueio, o item dizia que o PRF que fez a prisão e a condução seria ouvido depois das testemunhas e do interrogatório do preso.

Gabarito: Errado. Pelo art. 304 do CPP, o condutor é ouvido primeiro, depois as testemunhas e por último o preso.

A banca cobra a rotina do próprio PRF depois da prisão. A ordem do auto de flagrante é decoreba curta que rende item.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2018, item 104: no flagrante obrigatório o policial age em estrito cumprimento do dever legal. O item trocou por exercício regular de direito.
- ✕ 2021, item 105: a busca no veículo durante a abordagem dispensa autorização judicial. O item a chamou de ilícita.
- ✕ 2013, item 84: contravenção contra bens da União é julgada pela Justiça Estadual (Súmula 38 do STJ). O item dizia Justiça Federal.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Termo circunstanciado de ocorrência (Lei 9.099/1995)
- Preservação de local de crime
- Diligências investigatórias (arts. 6º e 13 do CPP)

PRIORIDADE Prisão em flagrante (espécies, auto, nota de culpa) e busca pessoal, veicular e domiciliar cobrem 9 dos 10 itens das duas últimas provas. TCO, preservação de local e diligências do art. 6º do CPP estão no edital de 2021, ainda sem item, e entram logo depois. Ação penal e competência ficam para o fim.

MATÉRIA 10

INFORMÁTICA

18	5,0%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 18 itens: 5 em 2013, 6 em 2018 e 7 em 2021. Segurança da informação e computação em nuvem caíram nas três provas. Editores de texto e planilha só caíram em 2013 (46 a 48), e em 2021 entraram navegador, Windows 10, busca no Google e transformação digital. A matéria teve 5 anulações em 18 itens, a maior proporção da prova.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Segurança da informação	2	2	1	**5**
Internet, navegadores e redes	2	2	–	**4**
Computação em nuvem	1	1	1	**3**
Editores de texto e planilhas	–	–	3	**3**
Windows e acesso remoto	1	1	–	**2**
Transformação digital (IoT, big data)	1	–	–	**1**

COMO CAIU

Segurança da informação. 5 itens. Em 2021, ransomware foi descrito como vírus que se copia para arquivos criptografados (37, errado), e o item do firewall de nova geração foi anulado (39). Em 2018, vírus de script pode rodar ao abrir uma página (32, certo). Em 2013, 49 inverteu as definições de vírus e worm (errado).

Internet, navegadores e redes. 4 itens. Em 2021, salvar e sincronizar senhas no Chrome e no Firefox não depende de intranet nem de HTTPS (33, errado), e a busca 'campanha PRF @twitter' procura os termos na rede social (35, certo). Em 2018, os navegadores modernos não suportam por padrão FTP, SMTP e NNTP (29, errado).

Computação em nuvem. 3 itens. Em 2018, SaaS dá acesso a aplicativos de qualquer lugar com internet (34, certo). Em 2021, a definição de ambiente para construir e publicar aplicativos foi atribuída ao SaaS, mas descreve o PaaS (38, errado). O item de 2013 (50) foi anulado.

Transformação digital (IoT, big data). 1 item em 2021: a internet das coisas aumenta volume, velocidade e variedade dos dados do big data (36, certo).

QUESTÃO COMENTADA · 2021, QUESTÃO 38 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

O item dizia que há Software como Serviço quando o provedor oferece um ambiente em nuvem no qual os usuários constroem e disponibilizam seus próprios aplicativos.

Gabarito: Errado. Ambiente para desenvolver e publicar aplicativos é o modelo PaaS. No SaaS o usuário só usa o software pronto.

Nos modelos de nuvem a banca troca a definição de um pelo nome do outro. Vale ter uma frase curta para IaaS, PaaS e SaaS.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2021, item 37: ransomware sequestra dados e cobra resgate. A descrição de cópia para dentro de arquivos é de vírus.
- ✕ 2013, item 49: o worm se replica sozinho e não precisa de hospedeiro. O item atribuiu isso ao vírus.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Inteligência artificial

PRIORIDADE Segurança (pragas, firewall, antivírus, VPN) e nuvem caíram nas três provas e vêm primeiro. Depois, navegadores, busca e Windows, cobrados em 2018 e 2021. Editores de texto e planilha saíram depois de 2013 e ficam para o fim.

MATÉRIA 11

FÍSICA

17	4,7%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 17 itens: 6 em 2013, 6 em 2018 e 5 em 2021, sem nenhuma anulação. Energia e trabalho caíram nas três provas (5 itens) e lançamento de projéteis em 2018 e 2021 (5 itens). Quase todos os cenários vêm do trabalho policial: veículo freando, bala em bloco, radar Doppler, tiro ao alvo, carro em curva.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Cinemática e lançamento de projéteis	3	2	–	**5**
Trabalho, energia e conservação	2	1	2	**5**
Oscilações e ondas (MHS, efeito Doppler)	–	–	3	**3**
Movimento circular	–	2	–	**2**
Quantidade de movimento e colisões	–	1	1	**2**

COMO CAIU

Cinemática e lançamento de projéteis. 5 itens. Em 2021, no lançamento oblíquo a aceleração é constante (40, certo), e no ponto mais alto nem a força resultante nem a velocidade são nulas (41 e 42, errados). Em 2018, no tiro horizontal o deslocamento horizontal é linear no tempo (35, errado) e a bala a 720 km/h cai cerca de 30 cm em 50 m, então erra o alvo de 20 cm (36, errado).

Trabalho, energia e conservação. 5 itens. Em 2013, o carro de 1.000 kg a 72 km/h tem 200.000 J de energia cinética (116, certo). Em 2018, o trabalho do peso sobre a bala de 15 g caindo 1,5 m passa de 0,10 J (37, certo). Em 2021, a energia da mola comprimida é menor que a cinética da bala antes da colisão (43, certo).

Movimento circular. 2 itens em 2018. O carro a 54 km/h numa curva de 50 m tem aceleração centrípeta de 4,5 m/s², menor que g (38, errado), e com 4,8 m/s² ainda não derrapa com atrito de 0,60 (39, certo).

Oscilações e ondas (MHS, efeito Doppler). 3 itens em 2013. Força e período no MHS (118, certo, 119, errado) e a frequência da sirene ouvida pelo PRF que se aproxima a 90 km/h (120, certo, passa de 1.025 Hz).

QUESTÃO COMENTADA · 2021, QUESTÃO 44 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Um projétil se aloja num bloco preso a uma mola sobre superfície sem atrito. O item dizia que, sem atrito, a energia cinética do conjunto logo antes da colisão é igual à de logo depois.

Gabarito: Errado. Na colisão em que os corpos seguem juntos se conserva a quantidade de movimento, mas parte da energia cinética se perde.

A banca mistura as duas leis de conservação no mesmo caso. Na colisão, quantidade de movimento. Depois dela, energia mecânica.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2021, item 42: na altura máxima do lançamento oblíquo a velocidade vertical zera, mas a horizontal continua. O item dizia velocidade nula.
- ✕ 2018, item 38: a aceleração centrípeta é $v^2/r = 15^2/50 = 4{,}5\ m/s^2$, abaixo de $9{,}8\ m/s^2$. Errado.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Potência

> **PRIORIDADE** Lançamento de projéteis, energia e colisões cobrem 12 dos 17 itens e foram cobrados em 2018 e 2021. Movimento circular com atrito vem em seguida. MHS e Doppler caíram só em 2013 e ficam para o fim.

MATÉRIA 12

ÉTICA

15	4,2%	3/3
itens em 3 provas	do total	provas em que caiu

Foram 15 itens: 5 em 2013, 4 em 2018 e 6 em 2021. O Código de Ética do Decreto 1.171/1994 levou 7 itens e caiu nas três provas, inclusive a pena de censura aplicada pela comissão de ética (2013, 44, e 2018, 43). Em 2021 a banca abriu o leque e cobrou um item de cada norma: Lei 8.112/1990, governança (Decreto 9.203/2017), comissões de ética (Decreto 6.029/2007), acesso à informação e nepotismo.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2021	2018	2013	TOTAL
Código de Ética do Servidor (Decreto 1.171/1994)	1	2	4	**7**
Moralidade e deveres do servidor	1	2	1	**4**
Governança pública (Decreto 9.203/2017)	1	–	–	**1**
Comissões de Ética (Decreto 6.029/2007)	1	–	–	**1**
Acesso à informação (LAI)	1	–	–	**1**
Conflito de interesses e nepotismo	1	–	–	**1**

COMO CAIU

Código de Ética do Servidor (Decreto 1.171/1994). 7 itens. Em 2013, deixar o público em fila sem atendimento é ato de desumanidade e também grave dano moral (41, errado) e a censura é aplicada pela comissão com parecer assinado por todos (44, certo). Em 2018, embriaguez habitual e desvio de servidor para interesse particular levam à comissão de ética (43 e 44, certos).

Moralidade e deveres do servidor. 4 itens. Em 2018, a moralidade não se resume à distinção entre bem e mal (41, errado) e o servidor deve conduta ética também fora da função (42, errado). Em 2013, a publicidade não alcança todo ato, porque há exceções (45, errado). O item de 2021 sobre revelação de segredo (45) foi anulado.

Conflito de interesses e nepotismo. 1 item em 2021: o diretor-geral pode contratar diretamente empresa em que um primo é sócio, cumpridos os requisitos legais (50, certo). O parentesco que gera nepotismo vai até o terceiro grau, e primo é parente de quarto grau.

Acesso à informação (LAI). 1 item em 2021: o item que mandava o servidor encaminhar ao formulário padrão quem pediu por telefone informação sobre compras do órgão foi dado como errado (49).

QUESTÃO COMENTADA · 2021, QUESTÃO 46 · POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

O item afirmava que, segundo o Código de Ética do servidor federal, a ausência do servidor do local de trabalho desmoraliza o serviço público porque pode gerar desordem nas relações humanas.

Gabarito: Errado. O Código fala em ausência injustificada, e o item tirou justamente essa palavra.

Em Ética a banca copia o texto do decreto e mexe numa palavra. Leia o Decreto 1.171/1994 na letra, não só em resumo.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ 2018, item 42: o Código diz que a função pública se integra à vida particular do servidor. O item dispensava a conduta ética fora do serviço.
- ✕ 2013, item 45: 'qualquer que seja sua natureza' tornou errado o item sobre publicidade, que tem exceções no próprio Código.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Código de Conduta da Alta Administração Federal (Exposição de Motivos nº 37/2000)

PRIORIDADE O Decreto 1.171/1994 vem primeiro e na letra, porque caiu nas três provas. Depois, os decretos de comissões de ética e de governança, a LAI e as regras de nepotismo, cada um com 1 item em 2021. O Código de Conduta da Alta Administração não caiu e fica para o fim.

MATÉRIAS DE PESO MENOR

ABAIXO DE 4% DAS ITENS

Juntas, ainda contam pontos. Estude depois das matérias de cima, com questões da banca.

GEOPOLÍTICA

9 itens · 2,5% · 2/3 provas

Foram 9 itens, 4 em 2018 e 5 em 2021, e nenhum em 2013. Rede de transporte levou 5 itens, sempre com o peso das rodovias no país (2018, 45 e 46, e 2021, 51 a 53), e 2021 ainda cobrou hierarquia urbana e metrópoles (54 e 55).

Prioridade: Rede de transporte e modais primeiro, porque caíram nas duas provas. Estrutura urbana e economia regional entram no fim, e biomas, população e migração não caíram.

LÍNGUA ESTRANGEIRA

8 itens · 2,2% · 1/3 provas

Foram 8 itens, só em 2021, sobre um texto da CNN a respeito do apagão no Texas durante uma onda de frio (1 a 8, com o 1 anulado). Os itens pediam compreensão direta e uma troca de conector, 'Yet' por 'Even so' (7, certo).

Prioridade: Treino de leitura de notícia em inglês ou espanhol, com atenção a conectores e referência de pronomes. Fica para a última fase, porque só caiu em 2021.

HISTÓRIA DA PRF

2 itens · 0,6% · 1/3 provas

Foram 2 itens, só em 2018. O 49 dizia que nos grandes eventos esportivos a PRF concentrou o policiamento nos locais das competições (errado) e o 50 listou atividades de fiscalização e educação para o trânsito (certo).

Prioridade: Não estava no edital de 2021. Basta uma leitura sobre a história e as atribuições da PRF na reta final.

PLANO

POR ONDE COMEÇAR

A ordem segue os blocos da metodologia Irmãos Polícia, ajustados pelo peso real das provas.

SEMANAS 1 A 4	**Legislação de Trânsito, Português** As duas somaram 126 dos 360 itens (35%) e em 2021 deram 48 dos 120. São o bloco 1 da metodologia e as matérias com mais itens em cada prova.
SEMANAS 5 A 8	**Constitucional, Administrativo, Penal** Fecham o bloco 1, com 73 itens nas três provas e 19 em 2021. Penal e Constitucional conversam com os casos de abordagem que a banca usa em Processo Penal e Legislação Especial.
SEMANAS 9 A 12	**Processo Penal, Legislação Especial, Direitos Humanos, Raciocínio Lógico, Informática** É o bloco 2, com 29 itens em 2021 e 110 nas três provas. Processo Penal e Legislação Especial aproveitam o que foi visto de Penal e Constitucional.
SEMANAS 13 A 16	**Física, Ética, Língua Estrangeira, Geopolítica, História da PRF** É o bloco 3, com 24 itens em 2021. Física, Ética, Geopolítica e Inglês faziam parte do Bloco I do edital de 2021, que eliminava com menos de 15 pontos, então essa fase não pode ser cortada.

O QUE MUDOU DE UMA PROVA PARA OUTRA

- Legislação de Trânsito foi de 3 itens em 2013 para 40 em 2018 e 30 em 2021, com bloco próprio nas duas últimas provas. Crimes do CTB tiveram 9 itens em 2018 e nenhum em 2021, quando carga e tempo de direção ficaram com 14 dos 30 itens.
- As matérias de Direito encolheram: Constitucional, Administrativo, Penal, Processo Penal, Legislação Especial e Direitos Humanos somaram 76 itens em 2013, 30 em 2018 e 35 em 2021.
- Entraram matérias novas: Geopolítica (4 itens em 2018 e 5 em 2021), História da PRF (2 em 2018), Língua Estrangeira (8 em 2021) e redação oficial dentro de Português (5 em 2021).
- Informática deixou editores de texto e planilha, que tiveram 3 itens em 2013, e passou a cobrar nuvem, segurança, navegadores e transformação digital.
- As anulações subiram de 2 em 2013 para 12 em 2018 e 10 em 2021, e o gabarito de 2018 teve 60 itens errados contra 48 certos.

LIMITES DESTA ANÁLISE

- Foram lidas as três provas de Policial Rodoviário Federal (2013 Cespe, 2018 Cebraspe aplicada em 3/2/2019, 2021 Cebraspe), 120 itens cada, com os gabaritos definitivos. Em 2021 o gabarito de Inglês (itens 1 a 8) está em arquivo separado.

- Os editais de 2013 e 2018 não foram obtidos. A lista de 'não caiu' usa o edital de 2021, e tópicos fora dele podem ter caído antes.
- O item 59 de 2021 (remoção de veículos em acidente com vítima sem esperar a perícia) cobra o conteúdo da Lei 5.970/1973, que o quadro do edital marca como não cobrada.
- Itens de 2013 sobre leis que mudaram depois não servem como gabarito atual: abuso de autoridade (86, lei de 1965 revogada pela Lei 13.869/2019), tráfico de pessoas com consentimento da vítima (95, antes da Lei 13.344/2016) e prisão domiciliar da gestante (80).
- O edital de 2021 listou 39 resoluções do CONTRAN. Até nov/2026, 30 delas foram revogadas e trocadas, entre elas a 210 e a 211 pela 882/2021 (pesos e dimensões), a 552 pela 945/2022 (amarração), a 92 pela 938/2022 (registrador), a 14 pela 912/2022 (equipamentos) e a 254 pela 960/2022 (vidros). Confira números e valores na lista do próximo edital.
- A próxima banca não está confirmada. Se não for o Cebraspe, o formato de certo ou errado e a regra de um errado anular um certo podem mudar.

Dossiê feito em novembro de 2026. Quando o edital sair, confira matérias e número de questões no texto oficial.